



O HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS E A (DES)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DA PRAIA DO MEIO EM NATAL – RN

NASCIMENTO, JOSÉ CLEWTON DO (1); VIEIRA-DE-ARAÚJO, NATÁLIA MIRANDA (2); NOBRE, PAULO JOSÉ LISBOA

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura.
Rua Dom José Tomaz, 1126 – Apto 1503 – Tirol, Natal/RN
jclewton@hotmail.com
2. Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Edson Alvares, 115, apto. 401, Casa Forte, Recife/PE
natalia.vieira@ufpe.br
3. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura.
Rua Aníbal Correia, 3273 – Candelária, Natal/RN
nobre.p@gmail.com

RESUMO

A preservação da forma dos lugares – como tarefa de planejamento e projeto arquitetônico ou urbanístico – requer que os procedimentos analíticos se voltem para a revelação de sua identidade como permanência de certas expressões no tempo, características estas consideradas importantes na narrativa da história dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, procuramos aqui discutir a importância do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM) tanto como transformador e construtor de uma nova paisagem para a cidade de Natal na década de 1960 quanto como “empecilho” à construção de uma paisagem na atualidade, vinculada à lógica especulativa destacando ainda a importância específica do bem enquanto exemplar de destaque da produção modernista no nordeste do Brasil. Qual a importância desta paisagem cultural constituída atualmente para a cidade de Natal? Quais os fatores a serem considerados nas decisões sobre a possível transformação da região?

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Praia do Meio, Natal/RN; Hotel Internacional Reis Magos.

O HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS E A (DES)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DA PRAIA DO MEIO EM NATAL – RN

1. O HIRM como elemento estruturador da transformação da paisagem urbana do litoral natalense na década de 1960.

Motivados pela intenção de demolição por parte dos proprietários do Hotel Internacional Reis Magos – doravante denominado HIRM –, iniciamos no ano de 2014, uma série de estudos sobre o referido bem para identificação dos seus valores e de sua importância como bem passível de preservação. Estes estudos destacam a relevância histórica do HIRM, vinculada, em grande medida, a instalação deste equipamento na década de 1960 como elemento estruturador das transformações que ocorreram para a Praia do Meio e como representante principal da constituição de uma nova paisagem para a região.

A ideia da construção de um hotel em nível internacional remonta ao final dos anos 1940, a partir das reivindicações feitas por diversas empresas ao Governo do Rio Grande do Norte, no sentido que fosse suprida a necessidade da existência de “um hotel atualizado quanto à estrutura física e as novas demandas do setor” (BENTES SOBRINHA, 2001). Esta demanda é justificada em um contexto em que o litoral do Rio Grande do Norte, identificado como local estratégico nas conexões entre a Europa e a América do Sul, passou a ser um dos locais requisitadas para a escala das novas linhas aéreas a serem criadas.

Assim, mesmo com o Governo afirmando o empenho em viabilizar a concretização do referido projeto, este só viria a se tornar realidade no ano de 1965, em outro contexto político, social e econômico do país, período ao qual Segawa (2002) vincula aos “episódios de um Brasil grande e moderno”, periodicamente definido entre os anos 1950-1980.

No período compreendido entre a proposta do hotel e a sua implantação, ocorreram transições políticas e redefinições econômicas marcantes no país. Entre 1946 e 1965, o país viveu o restabelecimento do regime democrático de governo, retornando ao regime ditatorial com o golpe militar de 1964. Durante este período podemos observar um primeiro momento marcado por convulsões políticas (período Vargas) e um segundo período, relacionado ao governo de Juscelino Kubitschek, onde se buscou também a superação de uma crise, apostando-se em um ideário do Plano de Metas que buscou impulsionar o Brasil a uma política desenvolvimentista. Neste contexto, a construção de Brasília torna-se símbolo maior dessa meta.

Neste sentido, Segawa (2002) busca sintetizar este quadro desenvolvimentista em construção, protagonizado pelo governo JK:

“(...) foram anos de intensa atividade econômica – com a reordenação do sistema de energia e transportes, implantação de estruturas industriais e de bens de produção (siderurgia, elétrica pesada, máquinas, construção naval) e o nascimento da indústria automobilística brasileira” (SEGAWA, 2002, p. 160).

O governo militar, iniciado em 1964, dá continuidade à política desenvolvimentista, priorizando ações em prol da capacitação do aparelho do Estado para intervir na economia, apesar da retórica liberal de seus promotores. Neste sentido, alguns setores da economia - tais como os setores energético, bancário, de transportes, comércio atacadista e varejista - foram privilegiados. Salienta-se também que este projeto político-econômico teve por finalidade a ideia da integração nacional, da articulação entre as regiões, da construção de um aparato rodoviário que possibilitasse atingir este ideário. Para Segawa (2002), esse ideário vai causar transformações na produção arquitetônica brasileira, pois “a arquitetura vai conhecer novos recantos geográficos”, bem como “vai se envolver com grandes projetos desenvolvimentistas”. Desta forma, constatou-se alguns atendimentos por demandas, na produção arquitetônica do período, tais como: Estações rodoviárias; Centrais de abastecimento; outros equipamentos coletivos, bem como solicitação de construção de sedes de empresas estatais, centros administrativos e programas afins. Segawa não se reporta à programas relacionados ao setor hoteleiro, porém consideramos que o incentivo a criação de uma rede hoteleira que atenda às demandas vinculadas a esta nova conjuntura.

Ao vincularmos o ideário desenvolvimentista perseguido pelos governos JK e pós-64 à escala regional, podemos observar que a criação da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), em 1959, ao investir recursos públicos federais no estado, irá beneficiar o Rio Grande do Norte com financiamento para rodovias, com a elaboração e execução do Plano Rodoviário Estadual (1961-65) - possibilitando a construção das BR-304, ligando Natal a Fortaleza, e a BR-101, ligando Natal, João Pessoa e Recife - bem como a construção das instalações do Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte (1966). Complementando este quadro, podemos citar também: investimentos em instituições públicas, como é o caso da criação da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (1961) e da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte – TELERN (1963); e a ampliação da rede hoteleira do Rio Grande do Norte, com destaque para a construção do Hotel Internacional Reis Magos no ano de 1965. BENTES SOBRINHA (2001) salienta também que além da capital, foram construídos outros equipamentos no interior do estado.

A implementação do Hotel Internacional Reis Magos está inserida nesta política de incentivo e consolidação do setor turístico no estado. Idealizado, desde a década 1940, quando da abertura da Avenida Circular pelo prefeito Silvio Pedroza, foi finalmente construído, durante a gestão do governador Aluizio Alves (1961-1966), na Avenida Café Filho, 822. A escolha do local para construção objetivava intensificar o uso daquele trecho de praia por moradores e visitantes.

Segundo Bentes Sobrinha (2001, p. 43):

“O Reis Magos foi o primeiro hotel a ocupar terrenos lindeiros à praia. Até então as praias urbanas mais frequentadas eram Areia Preta, que possuía casas de veraneio, e a Praia do Meio, somente até o trecho conhecido como Ponta do Morcego. Nesse caso, a acessibilidade era o fator principal, uma vez que o bonde descia até a praça da Jangada, em Areia Preta. Em direção à Fortaleza dos Reis Magos só havia o caminho delimitado. Com o uso da praia já difundido na década de 1960, a construção de acessos e a presença de um hotel “moderno” intensificou o afluxo à faixa litorânea, o que nos leva a afirmar a importância do empreendimento como estruturador de transformações urbanas. A partir de então “a cidade volta-se para o mar”. O empreendimento também contribuiu para ações que possibilitaram o prolongamento das conexões entre a cidade e o aeroporto de Parnamirim, estimulando transformações estruturantes no sentido sul da cidade”.

Veloso e Bentes Sobrinha (2002, p. 48) apontam que a localização do Hotel definiu três eixos principais de expansão para a cidade de Natal: “1) Na faixa litorânea, o prolongamento do acesso da praia de Areia Preta até a praia do Forte; 2) A extensão da via entre a cidade e o aeroporto de Parnamirim; 3) ampliação das vias de ligação entre Natal e a Barreira do Inferno. No primeiro caso, verifica-se que, na década de 60, o uso da praia como forma de lazer já estava difundido. Nesse sentido, a infraestrutura decorrente da implantação do Hotel Reis Magos estimulou a utilização dessas áreas devido a melhoria dos acessos”.

Esse aspecto é corroborado pela fala de Waldecy Pinto, um dos arquitetos responsáveis pela elaboração do projeto do HIRM¹, em entrevista concedida em dezembro de 2013, por ocasião de sua vinda à Natal, proferir palestra em evento referente ao início da comemoração dos 40 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN:

¹ Segundo informações cedidas por Waldecy Pinto, essa é a ficha técnica da equipe responsável pela elaboração do projeto do Hotel Internacional Reis Magos: Projeto arquitetônico - Waldecy Fernandes Pinto; Renato Gonçalves Torres; Antônio Pedro Didier. Projeto paisagístico - Gilda Pina. Arquitetura de interiores - Janete Costa. Cálculo estrutural- Geraldo Afonso Vieira. Instalações hidro sanitárias, elétricas e telefônicas - Hélio Cunha.

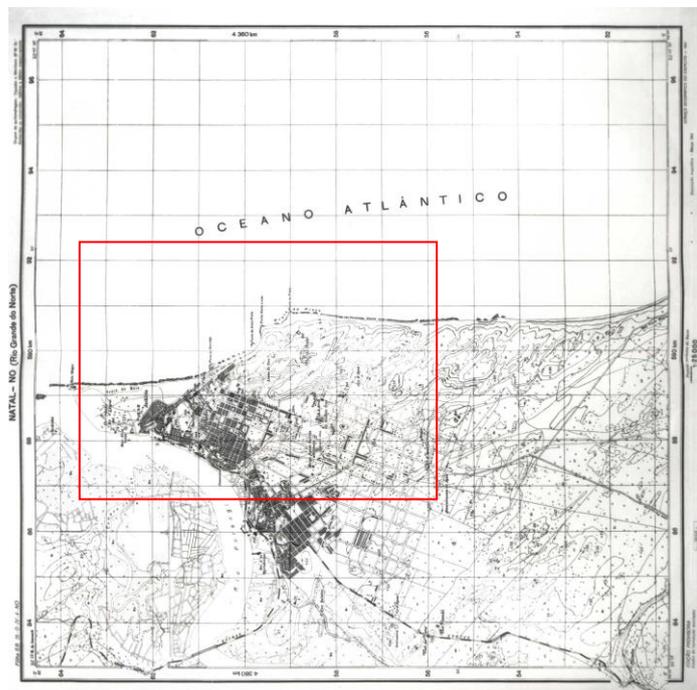
“A escolha do terreno também obteve a participação dos arquitetos do ETAU, porque na ocasião foram postos os terrenos que hoje compõe a via costeira, mas por falta de acessibilidade e outras benfeitorias, o terreno selecionado foi o que o hotel esta edificado atualmente, por oferecer toda uma infraestrutura de acesso e dos serviços d’água potável, pavimentação das vias, ressaltando a tradicional praia a sua frente, como a proximidade do centro da cidade e dos principais pontos turísticos, inclusive o Forte dos Reis Magos”.

Ao analisarmos o mapa elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército, intitulado “**NATAL-NO (Rio Grande do Norte)** Edição provisória, Rio de Janeiro, 1945”, podemos identificar uma ocupação consolidada nas áreas referentes aos bairros iniciais da cidade (Cidade Alta, Ribeira, Alecrim, Petrópolis), em detrimento de uma área de ocupação bastante rarefeita quando nos encaminhamos para a faixa litorânea. Chamamos atenção para o recorte feito no mapa, no sentido de evidenciarmos esta referida falta de adensamento. No trecho 1 (praia do Forte / praia do Meio / Ponta do Morcego), observa-se que a área adensada não se conecta com a praia, a não ser por caminhos espontâneos. No trecho 2 (Praia de Areia Preta / Mãe Luiza) já se vê uma certa possibilidade de conexão, apresentada pelo o que virá ser chamada de “Ladeira do Sol”. (ver figura 1)

A ideia do não adensamento da área pode ser corroborada ao observarmos imagens retiradas de pequeno documentário realizado no ano de 1944 - período em que a presença das forças armadas norte-americanas em Natal foi marcante. No vídeo², são apresentadas tomadas da área que viria a ser o início da “Ladeira do Sol”. As tomadas são realizadas no sentido Praia do Forte, bem como no sentido Areia Preta / Mãe Luiza. O que pode ser avistado é o predomínio do cenário não adensado, dos morros, dunas e da faixa litorânea livre (ver figura 2).

² O vídeo está disponibilizado em <https://www.youtube.com/watch?v=vIF73N777uc> (acesso realizado em 04 de setembro de 2016). No final, é apresentado um quadro de crédito, com os seguintes dados: “Vídeo original de Framapool; Edição: Curiozzzo, com; Música: “In the Mood” (Glenn Miller, 1940)

Figura 1- Serviço Geográfico do Exército. NATAL-NO (Rio Grande do Norte). Edição provisória, Rio de Janeiro, 1945. Escala 1.25.000. Ref.: 981.222 / 1945 / B823n 1-2



Fonte: Acervo HCURB / UFRN



LEGENDA:  SETOR 1
 SETOR 2

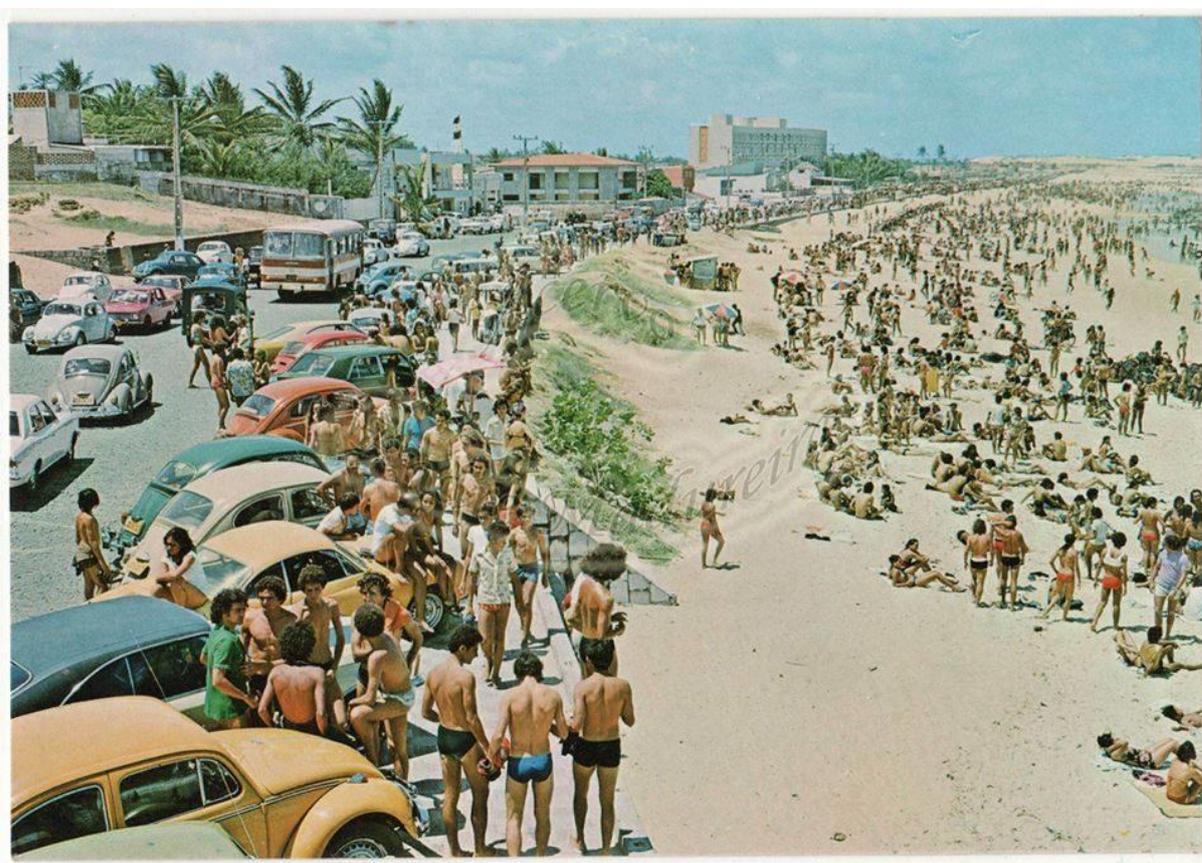
Figura 2 – Imagens extraídas de vídeo realizado na cidade de Natal, ano 1944. Nas imagens, ênfase dada à faixa litorânea entre o Forte e a Praia de Areia Preta.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=vIF73N777uc> (acesso realizado em 04 de setembro de 2016). Vídeo original de Framepool; Edição: Curiozzzo, com; Música: "In the Mood" (Glenn Miller, 1940)

Levando em consideração a perspectiva de transformação da área evidenciada anteriormente no desenrolar do artigo, nos reportaremos a uma imagem que corrobora com a referida transformação. A figura 3, referente ao ano de 1977, apresenta um registro da chamada “Praia dos Artistas”, utilizada por uma quantidade considerável de banhista, o que nos remete a assertiva de que a praia passou a ser local de lazer para o natalense. Podemos observar também a presença da infraestrutura do posteamto, da pavimentação asfáltica da via, a presença dos veículos automotores bem como um considerável adensamento de construções, notadamente do lado esquerdo da foto. Salienta-se também a presença do Hotel Reis Magos na imagem, tornando-se referência na paisagem.

Figura 3 – Praia dos Artistas, 1977. Observar a presença do HIRM como marco na paisagem



Fonte: página do Facebook “Natal de ontem” (acesso em 04 de setembro de 2016).
Acervo: André Madureira

2. O HIRM como marco referencial na paisagem e o reconhecimento desta paisagem pela legislação urbana local

A partir desse novo equipamento e do eixo de desenvolvimento onde o mesmo se localiza, constrói-se uma nova paisagem que passará a representar um período importante da história da cidade. O reconhecimento da importância cultural da paisagem que se forma na Praia do

Meio se reflete na legislação urbanística, que procurou preservar as características da paisagem local instituindo Áreas de Controle de Gabarito, destinadas a proteger o valor cênico-paisagístico daquele trecho da cidade.

A proteção das qualidades marcantes da paisagem de Natal, especialmente da orla urbana, é uma preocupação antiga, sempre presente na construção do debate urbanístico local. Em 1901, quando a cidade teve seu perímetro ampliado pela Resolução nº 15 (MIRANDA, 1981, p. 115), a paisagem da Praia do Meio foi enaltecida como um dos atrativos do novo bairro, chamado Cidade Nova, uma vez que o extremo norte do sítio já era conhecido como “Belmonte”, pois dali se descortina uma bela visão do mar.

Em 1929, o arquiteto italiano Giacomo Palumbo, contratado para elaborar o “Plano Geral de Sistematização de Natal”, reconhecia o encanto e a singular beleza natural das praias do Meio e de Areia Preta (LIMA, 2001, p. 51). Da mesma forma, o Escritório Saturnino de Brito, contratado em 1935 para realizar um “Plano Geral de Obras para Natal”, manifestava a preocupação de preservar as qualidades da paisagem local (MIRANDA, 1981, p. 123).

Nas décadas de 1950 e 1960, a produção do espaço urbano se deu de forma desordenada e desigual. Nesse período não houve por parte do poder público a preocupação em planejar a expansão da cidade, nem tão pouco de preservar a paisagem e as qualidade ambientais.

Somente em 1967, a prefeitura retomou as ações no âmbito do planejamento urbano, contratando o arquiteto Jorge Wilhelm para elaborar o “Plano Urbanístico e de Desenvolvimento para Natal”. A preservação da paisagem e da identidade do lugar estavam explícitas nos objetivos do Plano: “[...] O quarto objetivo é a preservação da beleza do sítio, contribuindo à criação de uma paisagem urbana tipicamente natalense” (MIRANDA, 1999, p.80).

O Plano Wilhelm visava mudanças na configuração da cidade. Se houvesse sido implantado, certamente contribuiria para a qualificação do espaço urbano, na medida em que teria garantido melhores condições de vida para os habitantes. O Plano Diretor de 1974 (Lei nº 2211/1974) foi o primeiro a ser elaborado para Natal e se constituiu numa adaptação, em versão resumida, do Plano anteriormente citado. Anunciava-se em Natal a necessidade da adoção de restrições urbanísticas para o controle de gabarito em determinadas áreas, na medida em que o referido Plano faz referências à beleza natural e às características topográficas como pontos de atração da cidade.

Em 1984, Natal teve aprovado seu segundo Plano Diretor, chamado “Plano de Organização Físico-territorial de Natal” (Lei nº 3175/1984). O artigo 3º dessa lei define como um dos seus objetivos: “alcançar o desenvolvimento físico racional e harmônico da estrutura urbana do município, bem como preservar prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, culturais,

paisagísticos e ecológicos”. Em suas diretrizes gerais, o Plano recomenda ordenar: o uso da orla marítima e áreas adjacentes a rios, córregos e outros cursos d’água, incentivando as atividades de turismo e lazer, desde que não prejudique o equilíbrio ecológico, a paisagem, a qualidade da água, ou provoque alterações no clima.

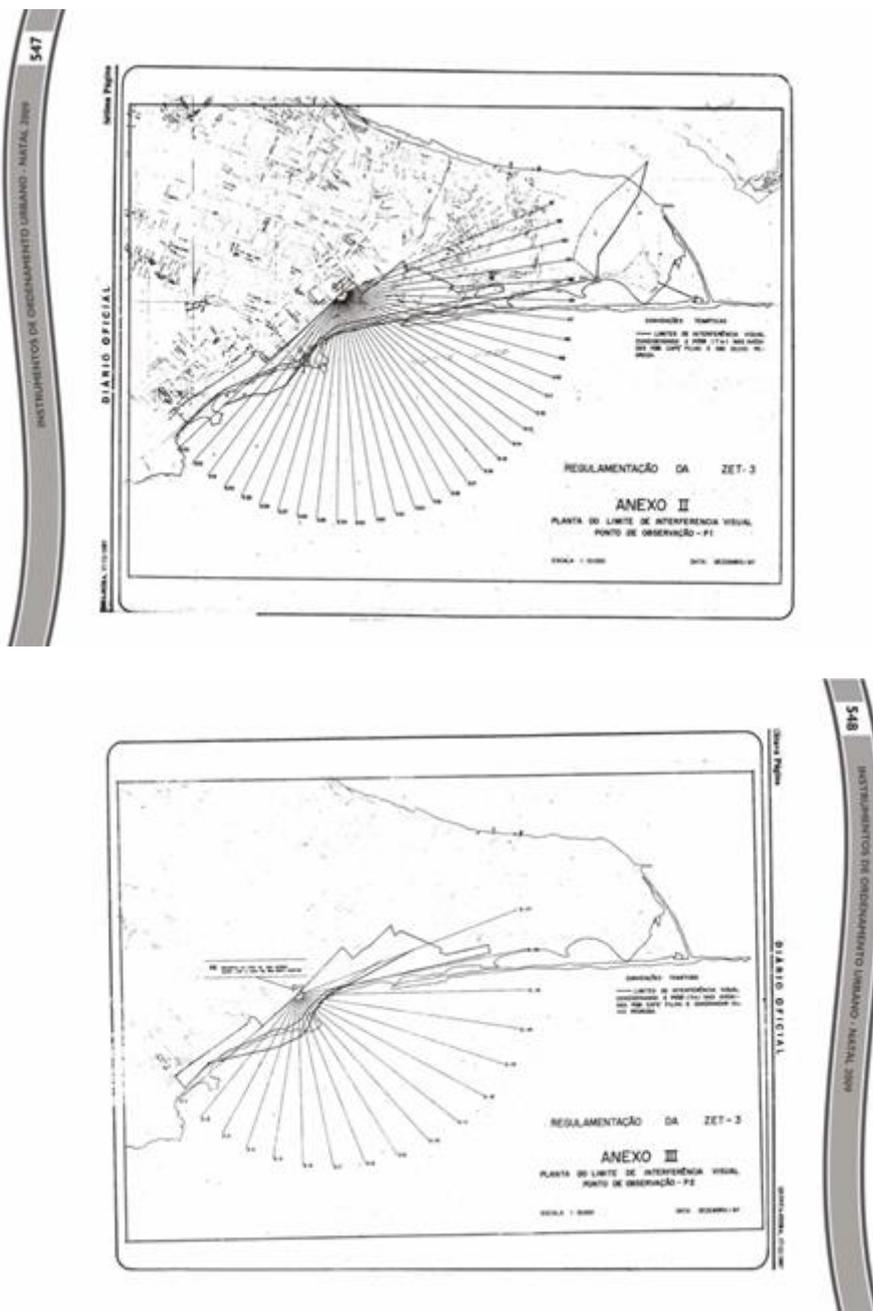
Algumas zonas denominadas especiais foram objeto de regulamentação específica, destacando-se as Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZET), subdivididas em três, sendo a ZET 03 correspondente às Praias de Areia Preta, do Meio e do Forte. Esta Zona foi regulamentada em 1987 (Lei nº 3639/1987), que “dispõe sobre os usos do solo e prescrições urbanísticas da Zona Especial ZET 03, criada pela Lei nº 3175, de 26 de janeiro de 1984 e dá outras providências”. Em seu Art. 4º define:

“Os gabaritos máximos de altura permitidos serão determinados com a aplicação da função trigonométrica tangente, nos termos do gráfico elucidativo, constante do Anexo IV. Parágrafo Único -A aplicação dos gabaritos máximos de altura previstos neste artigo, estende-se também às Zonas ZER4 e ZEM, conforme graficamente demarcado no Anexo II”

Assim, o Controle do gabarito das edificações, definido a partir de cones visuais, contribuiu para preservar a paisagem da praia, na qual se destaca a presença do Forte dos Reis Magos. Nesse sentido, Ruth Ataíde e Nadja de Farias (2000, s.n.) esclarecem que, além do gabarito máximo para toda a cidade, o Plano Diretor de 1984 definiu limites mais restritivos de gabaritos em algumas Zonas Especiais, como é o caso das ZETs, justificado pela preservação do patrimônio paisagístico definido pela faixa da orla que tem início na Fortaleza dos Reis Magos, no Bairro de Santos Reis e estende-se até o Morro do Careca no Bairro de Ponta Negra.

As autoras explicam, ainda, que o cálculo do gabarito na ZET 03 é auxiliado por três gráficos. Os dois primeiros gráficos estabelecem linhas de interferência visual a partir dos pontos de observação (P1 e P2) posicionados na Avenida Getúlio Vargas e na Rua Pinto Martins, respectivamente (ver figuras 4 e 5).

Figuras 4 e 5 – Pontos de referência para estabelecimento das linhas de interferência visual da Zona Especial ZET 03 (P1 e P2)

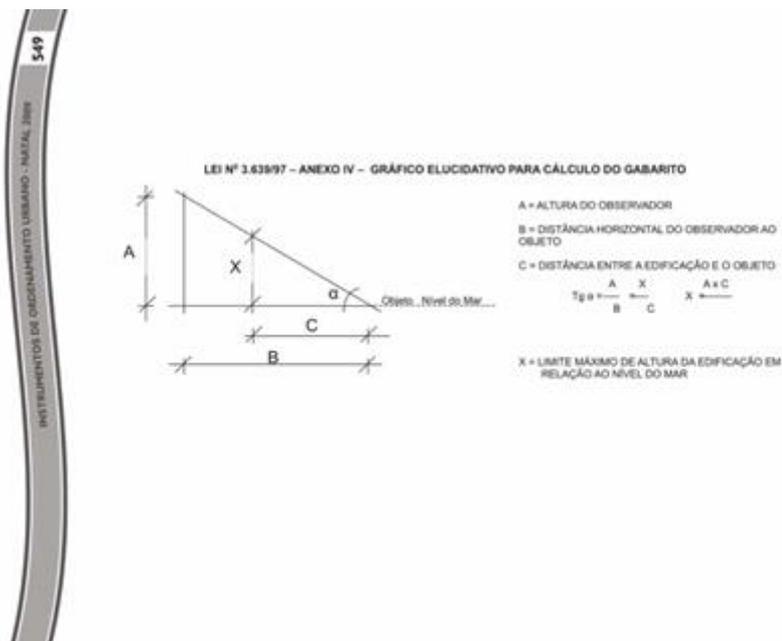


Fonte: Lei nº3.607, de 18 de novembro de 1987
SEMURB/Prefeitura Municipal de Natal

O terceiro gráfico representa uma função trigonométrica, definida a partir de um observador posicionado nos pontos acima citados, que objetiva evitar que haja interferências visuais entre o observador e as vistas para o mar e o sítio onde está assentada a Fortaleza dos Reis Magos³ (figura 6).

³ O ângulo de proteção visual da ZET 03 limita o gabarito entre 04 e 15 metros de altura, dependendo da localização do terreno. No entorno, verifica-se ainda a proximidade com outras áreas especiais tais como a ZEPH

Figura 6 – Gráfico elucidativo para cálculo de gabarito – ZET 3



Fonte: Lei nº 3.607, de 18 de novembro de 1987
 SEMURB/Prefeitura Municipal de Natal

Tal regulamentação foi sucessivamente incorporada aos Planos Diretores de Natal. Atualmente, o controle de Gabarito refere-se a dois setores da cidade: a orla marítima e o entorno do Parque das Dunas, além de Áreas *non aedificandi*. Assim, a garantia da preservação da paisagem e do acesso visual ao mar na maior parte da orla urbana, assim como de diversos visuais do Parque das Dunas, é um dos principais ganhos da cidade, previstos no atual Plano Diretor (Lei Complementar nº 082/2007). Como consequência, as Áreas Especiais – sejam de controle de gabarito, de interesse social ou de proteção ambiental – contribuem para manter fortes referências visuais, que fornecem identidade ao tecido urbano, fazem parte do imaginário coletivo e se destacam no contexto social da cidade.

A legislação urbanística buscou, assim, democratizar o acesso aos marcos visuais da paisagem, na medida em que limitou a verticalização em alguns trechos da cidade. Porém, esse é um argumento dificilmente aceito pelo mercado imobiliário, uma vez que as Áreas Especiais muitas vezes se localizam em bairros nobres que proporcionam altos lucros ao setor imobiliário, preferenciais para a construção de edifícios residenciais verticalizados. Dessa forma o fim do controle de gabarito na Praia do Meio tem sido uma reivindicação recorrente do setor da construção civil, que se repete a cada revisão da Lei.

(Zona Especial de Preservação Histórica), ZPH (Zona Especial Portuária), ZPA 07 (Zona de Proteção Ambiental 07 - Forte dos Reis Magos e Entorno) e AEIS Rocas, que revelam as especificidades da região, sua fragilidade socioambiental e as potencialidades da área.

O reconhecimento desta paisagem como um patrimônio, a partir das limitações impostas pela legislação urbanística na área não evita que ela passe a sofrer uma grande pressão para a sua transformação. No final da década de noventa, o HIRM deixa de funcionar e inicia-se um longo processo de abandono que também se reflete em seu entorno imediato. Em paralelo a este processo, a praia contígua, área de Areia Preta sofre um intenso processo de verticalização que cria um paredão vertical responsável pela total invisibilidade do Farol de Mãe Luiza e na separação da relação entre o Morro de Mãe Luiza e a praia na paisagem atual. Seguindo a mesma lógica de desenvolvimento urbano, hoje o que se percebe é a intenção e pressão do mercado imobiliário local pela modificação da legislação urbana da área da Praia do Meio no sentido de perpetuar o tipo de paisagem já consolidado na área de Areia Preta (ver figura 7).

Figura 7 – Processo de verticalização em Areia Preta.



Fonte: <http://www.praiasdenatal.com.br/praias-da-areia-preta/> (acesso em 04 de setembro de 2016).

3. O processo recente de discussão sobre a demolição-preservação do HIRM: De elemento estruturador da modernização da cidade à “empecilho” à construção de uma nova paisagem.

O HIRM passa, de um dos elementos estruturadores centrais da construção de uma nova paisagem, para o grande representante do embate que hoje se vive na cidade de Natal entre a pertinência da preservação desta paisagem ou a transformação desta para a criação de

uma nova paisagem verticalizada que dê continuidade ao que já ocorreu em Areia Preta. A preservação da forma dos lugares – como tarefa de planejamento e projeto arquitetônico ou urbanístico – requer que os procedimentos analíticos se voltem para a revelação de sua identidade como permanência de certas expressões no tempo, características importantes na narrativa da história dos indivíduos e dos grupos sociais.

Assim, procuramos aqui discutir a importância do HIRM tanto como transformador e construtor de uma nova paisagem na década de 60 quanto como “empecilho” à construção de uma nova paisagem na atualidade, destacando ainda a importância específica do bem enquanto exemplar de destaque da produção modernista no nordeste do Brasil. Dada a importância da arquitetura moderna no Brasil, e o rápido processo de dilapidação a que tem sido submetida, sua preservação está se tornando cada vez mais necessária e urgente. No caso específico de Natal, levantar a possibilidade de demolição de um dos ícones dessa produção modernista na cidade, seria um atentado de grandes proporções à memória local.

É preciso lembrar que a proposta de demolição é algo recente. Apesar do longo período de abandono do imóvel, fechado desde o final dos anos 90, ao longo dos últimos vinte anos, várias propostas foram apresentadas⁴, sempre considerando a manutenção das características formais e espaciais fundamentais de um edifício que foi reconhecido, também, como exemplar significativo da “boa” arquitetura modernista brasileira dos anos 1950 e 1960. O bloco principal que serpenteia, erguido sobre pilotis e cercado por jardins, os expressivos cobogós que compõem a fachada sudoeste, a estrutura independente que estabelece o ritmo racional das fachadas, o prisma trapezoidal que intercepta o bloco maior, são alguns dessas características fundamentais que destacam o edifício em meio ao acervo modernista que ainda sobrevive em Natal (DANTAS, NASCIMENTO e VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2016).

Apenas no final de 2013, começam a circular, já através dos meios de comunicação local, que o HIRM seria demolido pelo grupo proprietário. Essa proposta de demolição vem acompanhada do apoio aberto do então Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Natal (SETUR/PMN), Fernando Bezerril, apontando para um projeto de um centro empresarial com grandes fachadas envidraçadas, completamente novo e sem qualquer preocupação com a preservação do exemplar modernista. Ao contrário, a proposta é acompanhada de um discurso que ridiculariza qualquer afirmação em torno do valor arquitetônico e urbanístico do bem em questão, demonstrando a grande dificuldade enfrentada pelo patrimônio moderno no que diz respeito ao seu reconhecimento mais amplo.

⁴ Estas reformas, algumas vezes propunham a retomada do uso primordial como hotel e outras vezes apontavam para novos usos e adaptações.

Talvez ainda mais grave que a perda do exemplar modernista seja o fato de que tal proposta vem acompanhada de um discurso que apresenta como uma “necessidade inadiável”, a “futura alteração” (já considerando como fato que essa “será” modificada) na legislação de proteção do gabarito e da paisagem da região. Discurso este que coloca a legislação de proteção da paisagem como a grande responsável pela estagnação econômica da área e seu consequente abandono. A proposta de demolição do HIRM, portanto, trata-se apenas de um dos aspectos de uma intenção que vai muito além dele e que visa a transformação de toda a paisagem da área tendo em vista os interesses imobiliários sobre região com grande potencial de exploração econômica.

O surgimento e veiculação dessa ideia em torno da demolição do HIRM, por outro lado, fez emergir todo um forte movimento de discussão da sociedade local sobre esta paisagem constituída e o valor agregado por ela ao longo do tempo. A participação de diversas organizações populares na defesa de sua preservação atesta a forte presença do hotel na narrativa da história destes indivíduos e dos grupos sociais a que pertencem.

Durante a primeira metade do ano de 2014, o debate em torno do assunto levou inclusive ao compromisso público do então prefeito da cidade de que o projeto seria refeito, voltando a considerar a preservação do edifício. Entretanto, tal compromisso não se refletiu em ações concretas, pelo contrário, o ano de 2015 iniciou-se novamente com a veiculação de nova notícia sobre a iminente demolição do HIRM.

Em resposta a esse descaso para com o debate público e para com compromissos anteriormente assumidos, destaca-se, nesse processo, o surgimento do movimento que se intitula [R]Existe Reis Magos e que se constituiu em torno da defesa da conservação e reutilização da estrutura desse importante patrimônio modernista do nordeste brasileiro, organizando uma série de mobilizações em frente ao hotel para discutir os rumos do desenvolvimento desta área e as perspectivas que se colocam para a estrutura do hotel.

O [R]Existe Reis Magos foi criado por um grupo de estudantes de arquitetura da UFRN com a intenção de ampliar o debate institucional e acadêmico já em andamento desde o final de 2013 para a população em geral. O movimento surgiu nesse contexto mais amplo de retomada das mobilizações populares, de ocupação da rua e intervenções (muitas vezes artísticas) para problematizar a inação do poder público, o senso comum de certa visão de “progresso” e “desenvolvimento urbano” (que atropela direitos sociais e as noções de patrimônio ambiental e cultural, para dizer o mínimo) e os interesses que não se nomeiam – por ignorância ou por uma silenciosa cumplicidade (ver figura 8).

A participação dos arquitetos, com destaque para o Estúdio Modelo de Arquitetura (EMA)⁵, Departamento de Arquitetura da UFRN e o Sindicato de Arquitetos do RN são significativas na organização e difusão do movimento, desde o início de 2014 (a partir da provocação do IAPHACC, Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e da Cidadania do RN, e com o apoio do IAB-RN, CAU-RN, Comissão de Meio Ambiente da OAB-RN, além de outros setores da sociedade).

Figura 8 – Fotografia feita durante um dos encontros do Movimento [R]existe Reis Magos, no ano de 2014



Fonte: Fotos do Acervo do Movimento [R]existe Reis Magos

Contudo, e por isso mesmo, o debate precisava extrapolar o âmbito do campo profissional da arquitetura e do urbanismo. Precisava extrapolar também o âmbito do próprio Hotel. Afinal, o que tem se discutido são modelos de cidade e, mais ainda, as possibilidades de pensar o patrimônio como parte das estratégias de gestão, projeto e apropriação democrática dos espaços e paisagens urbanos.⁶

Durante o ano de 2015 foram organizadas três grandes mobilizações principais do [R]Existe Reis Magos: a primeira em 28 de março, a segunda, em 25 de maio, e a terceira no dia 04 de outubro. A cada nova mobilização se agrega um maior número de pessoas e parceiros em torno da causa. Todas as mobilizações se propuseram a utilizar e ocupar o espaço em frente

⁵ O Estúdio Modelo de Arquitetura, capitaneado pelas arquitetas Raissa Camila Salviano e Flávia Laranjeira teve participação fundamental na organização da mobilização do dia 04 de outubro de 2015, ampliando os parceiros do movimento significativamente.

ao hotel, tendo o último conseguido, inclusive, o fechamento da via no trecho correspondente ao hotel com a devida autorização dos órgãos municipais responsáveis.

As ações do dia 04 de outubro de 2015 se desdobraram em uma maior aproximação do movimento [R]Existe Reis Magos com a associação dos moradores da Praia do Meio que também apresentam a sua justa preocupação para com um desfecho que modifique a situação de abandono em que a área se encontra (o que vai muito além da garantia de preservação do HIRM).

Toda a mobilização teve como pano de fundo uma série de ações na justiça, que não cabe aqui detalhar, mas que culminaram pela decisão da justiça federal, em janeiro de 2016, em conceder o prazo de um ano para que o IPHAN-RN conclua a instrução do processo de tombamento do HIRM.⁷

Estamos tratando aqui de um debate em curso. Nada está finalizado e o rumo que se definirá num futuro próximo depende das reflexões empreendidas e do (não) reconhecimento do valor cultural da paisagem da Praia do Meio e do HIRM como elemento estruturador desta.

4. Paisagem e patrimônio: algumas discussões atuais.

A discussão que aqui se apresenta coloca em foco a relação entre o valor de determinadas paisagens culturais constituídas em nossas cidades e o modelo de desenvolvimento urbano predominante nas cidades brasileiras fortemente ditado pelo poder político e econômico do mercado imobiliário. Afinal, que cidade queremos?

Essa pergunta não se resolve mais apenas nas mesas dos gestores da cidade e dos responsáveis pelo mercado imobiliário. Passa pelo direito da cidade, pela consciência cidadã que, progressivamente, se desenvolve Brasil afora e que fazem aflorar movimentos significativos como o já nacionalmente reconhecido Ocupe Estelita em defesa do Cais José Estelita em Recife ou, em uma escala menor, mas não menos importante, o movimento [R]Existe Reis Magos surgido em torno do Hotel Internacional Reis Magos em Natal. Chamamos atenção aqui para o fato de que tais movimentos de resistência não dizem respeito a um patrimônio edificado isolado com valor em si próprio e sim a paisagens urbanas constituídas e com forte valor cultural, comprovado pela força das mobilizações pela sua preservação.

⁶ Nesse sentido, ver também o texto de Vinícius Galindo, "Hotel Reis Magos: descascando o debate superficial do patrimônio cultural", **Minha Cidade**, 176.06, ano 15, março 2015 [disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5469>]

⁷ Sobre o detalhamento do desenrolar dos acontecimentos em meio judicial, ver DANTAS, NASCIMENTO e VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2016.

O Patrimônio cultural constitui hoje um campo em rápida expansão e mudança, nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais (CASTRIOTA, 2009, p.41).

Os signos contidos na paisagem são de grande importância no cotidiano das cidades. Vale destacar que a paisagem possui a importante função de alimentar a memória social, além de se caracterizar no cenário em permanente transformação, em que se desenvolve a vida. Paisagens singulares se constituem em patrimônios culturais, na medida em que fazem parte do cotidiano e estão presentes nas representações sociais. Alguns autores contemporâneos defendem a preservação da paisagem natural e urbana, buscando sua importância na construção da identidade cultural dos habitantes do lugar. No Brasil, desde os anos 1930 a paisagem se constitui em patrimônio histórico e artístico nacional, caracterizada como um bem sujeito a tombamento quando considerada monumento natural ou agenciado pela indústria humana. O Decreto-Lei nº 25/1937, ainda em vigor, decreta a organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

A introdução de variáveis como a cultura e, posteriormente, o tempo, representam um grande avanço no entendimento da paisagem, na medida em que toda mudança reflete o momento vivenciado por um determinado grupo social. Nessa perspectiva, foi possível investigar a composição da paisagem a partir de marcos históricos, assim como reconhecer a importância dos processos que a consolidaram e fazer a ligação entre o espaço e o tempo. Entender as forças de encaixe de que se compõe a paisagem são importantes meios para justificar a sua preservação, principalmente em sítios que se urbanizam ou se transformam rapidamente, para que não se percam as características locais, presentes nas representações sociais.

Ana Fani Carlos, cujos estudos contribuem para essa discussão, afirma que a paisagem, enquanto manifestação do urbano tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que significa ir além da aparência. A autora fala sobre a importância de se considerar o processo de produção do espaço ao longo do tempo: “A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida” (1994, p. 43). Em Natal, diante da efemeridade das formas arquitetônicas, dificilmente percebemos a convivência de momentos históricos distintos materializados na paisagem urbana, ao contrário de outras cidades no Brasil e em outros países. Tristemente constatamos que desapareceram da maioria das nossas cidades o casario colonial e os palacetes ecléticos. Agora nem mesmo estão sendo poupados os edifícios remanescentes da festejada arquitetura modernista brasileira.

Por fim, nos parece bastante oportuno e gratificante que estejamos finalizando a escrita deste artigo concomitantemente ao lançamento nacional do filme *Aquarius*, de Kleber Mendonça, uma belíssima e impactante reflexão sobre a construção da paisagem contemporânea e a dificuldade de se pensar que podem existir outras alternativas ao modelo pré-estabelecido e dominante.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Ruth M. C., **FARIAS**, Nadja M. N. **Laudo Pericial: Edifício Solar Atlântico**. Natal: [s.n.], 2000, não paginado, mimeo.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço. **Hotel Reis Magos: os bens públicos na expansão do mercado livre de terras da orla de Natal, nos anos 60 e 70**. In: **Patrimônio Público, Gestão do Território e Direito ao Meio Ambiente. Os bens da União e dos estados na implantação hoteleira e turística no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990)**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil**. In: **MIRANDA**, Marcos Paulo de Souza *et al* (Orgs.). **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 40-47.

DANTAS, George; **NASCIMENTO**, José Clewton do; **VIEIRA-DE-ARAÚJO**, Natália Miranda. **Modernos, Antigos e Atrasados: a questão do valor patrimonial e a querela do Hotel Internacional Reis Magos (Natal-RN)**. In: **Anais do XI Seminário DOCOMOMO BRASIL**. Recife: MDU-UFPE, 2016.

ENTREVISTA concedida pelo arquiteto WALDECY Pinto, em dezembro de 2013, por ocasião de sua vinda à Natal, proferir palestra em evento referente ao início da comemoração dos 40 anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. **380 Anos de História Foto-gráfica da cidade de Natal 1599-1999**. Natal: Ed.UFRN, 1981.

MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. **Evolução Urbana de Natal em 400 anos 1599-1999**. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 1999.

NATAL, Prefeitura Municipal. **LEI Nº 3.607, de 18 de novembro de 1987**. disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/.../34_Zonas_Especiais_de_Interesse_Turistico-ZETs.pdf (acesso em 4 de setembro de 2016)

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo, EDUSP, 2002.

VELOSO, Maísa; **BENTES SOBRINHA**, Maria Dulce Picanço. **Do Grande Hotel aos Palaces & Resorts: os empreendimentos hoteleiros na transformação da estrutura e da paisagem urbanas em Natal/RN (1940-2000)**. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 7, 2002, Salvador. Cadernos de Resumos do VII SCHU, 2002.

SITES VISITADOS:

https://www.natal.rn.gov.br/.../34_Zonas_Especiais_de_Interesse_Turistico-ZETs.pdf

<https://www.youtube.com/watch?v=vIF73N777uc>

<https://www.facebook.com/NataldeOntem/>

<http://www.praiasdenatal.com.br/prai-da-areia-preta/>

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5469>